

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Março 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

VOLUME 01 |

A RÉGIA OFICINA TIPOGRÁFICA

A história da Imprensa Nacional remonta ao reinado de D. José I e à iniciativa reformista do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. A oficina tipográfica foi criada como Impressão Régia por alvará, de 24 de dezembro de 1768, que determinou a constituição de «uma Oficina Tipográfica, a qual possa fazer-se útil e respeitável pela perfeição dos caracteres, e pela abundância e asseio das suas impressões», atribuindo-lhe ainda funções de ensino e aperfeiçoamento artístico.

A iniciativa fez parte de uma reforma alargada da educação, da cultura e da ciência, que pretendeu substituir a influência jesuíta pela corrente iluminista europeia, da qual resultou também a criação da Aula do Comércio (1759) e do Real Colégio dos Nobres (1761), e a reforma da Universidade de Coimbra (1772), cujos estatutos foram impressos na nova tipografia régia.



O Palácio Soares de Noronha, onde foi instalada a Impressão Régia em 1769. (Gravura de Lima).

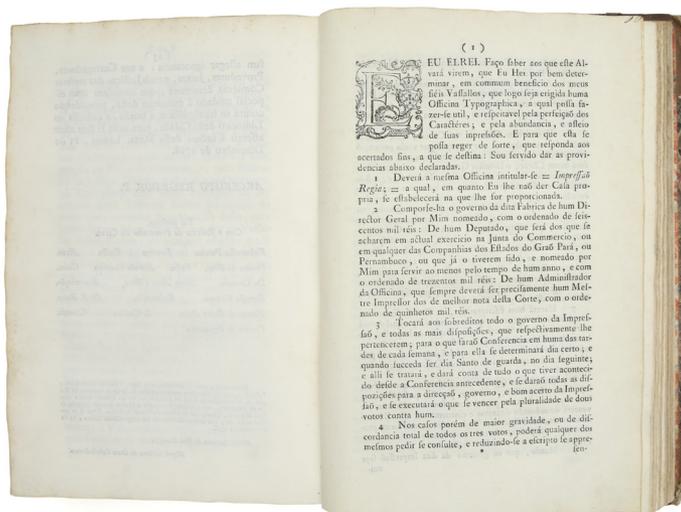
TIPOGRAFIA, GRAVURA E CARTAS DE JOGAR

No alvará publicado em 1768, D. José I acautelou as instalações da sua nova tipografia, fazendo notar que: «[...] enquanto eu não lhe der Casa própria, se estabelecerá na que lhe for proporcionada.» sendo para isso necessário escolher o espaço mais adequado. A Impressão Régia foi assim instalada no mesmo local onde ainda hoje se encontra o edifício da Imprensa Nacional, na Rua Direita da Fábrica das Sedas (atual Rua da Escola Politécnica), então ocupado pelo Palácio de D. Fernando Soares de Noronha. Considerando a dificuldade em ocupar outros edifícios públicos lisboetas, ainda destruídos pelo terramoto de 1755, foi neste palácio que se encontraram as condições necessárias ao funcionamento das oficinas.

Localizado no chamado sítio da Cotovia, o edifício escolhido oferecia condições mínimas à instalação deste tipo de oficina, numa área que começou a receber a atividade industrial deste período. O edifício foi então submetido a reparações com intervenção na capela, para ali se celebrar missa, além de construções e obras no palácio, na Casa da Conferência, na loja da Praça do Comércio, nas oficinas, nos quartos do diretor, nas cavalariças e outras instalações de apoio.



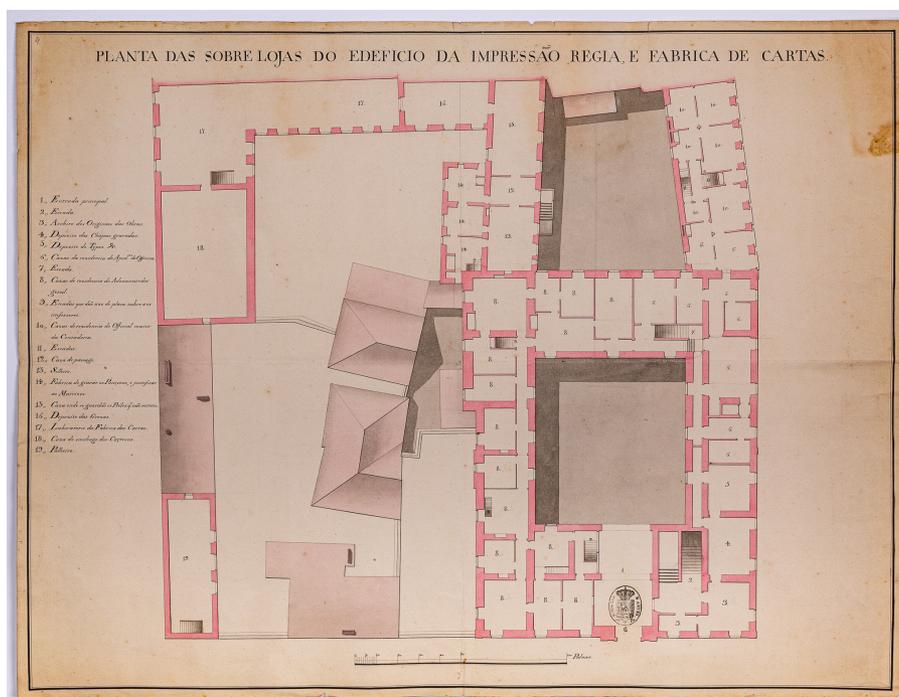
Bala de tintagem, em couro e madeira, utilizada para a distribuição de tinta de impressão. Na Imprensa Nacional, as balas foram substituídas por rolos na segunda metade do século XIX. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Alvará, de 24 de dezembro de 1768, que criou a Impressão Régia, também conhecida como Imprensa Régia ou Régia Oficina Tipográfica. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Embora as obras de adaptação do palácio não estivessem ainda concluídas, a tipografia da Impressão Régia entrou em funcionamento no fim de março de 1769, com o material e o pessoal da oficina de Manescal da Costa, reunindo inicialmente quatro compositores tipográficos, três impressores e três «batedores ou ajudantes» e, atingindo no final do ano, um total de 23 operários. A direção tinha sido nomeada em 29 de dezembro de 1768, sendo o cargo de diretor-geral entregue ao livreiro italiano Nicola Pagliarini e o de administrador ao próprio Miguel Manescal da Costa.

À Oficina Tipográfica e à Fábrica de Carateres da Impressão Régia juntaram-se, logo em 1769, as fábricas de «cartas de jogar» e de «papelões», nascendo assim a Real Fábrica das Cartas de Jogar. Através desta fábrica, a Impressão Régia recebeu o exclusivo do fabrico e venda de cartas de jogar, cujas receitas permitiram suportar boa parte das despesas da tipografia nas décadas seguintes. Numa lógica de regulação e protecionismo, foi proibida a venda ou jogo com cartas de outra origem (sob pena de prisão ou, em última instância, de degredo para Angola) conferindo à Real Fábrica um exclusivo de venda que abrangia ilhas e colónias portuguesas. A produção desta fábrica atingiu níveis consideráveis, sobretudo se tivermos em conta a extensão do seu mercado: só em 1795 fabricaram-se cerca de 21 500 maços (com 12 baralhos) de cartas de jogar de diferentes qualidades, dos quais mais de 1000 se destinaram a Moçambique e Goa e perto de 5000 ao Brasil. Além de cartas de tipo francês (com as quais se joga atualmente), português e castelhano, aqui fabricavam-se também os baralhos destinados à corte, sendo também responsabilidade da Real Fábrica a marcação das cartas importadas para o rei ou para venda direta — único caso em que esta importação era autorizada — através da loja da Praça do Comércio.

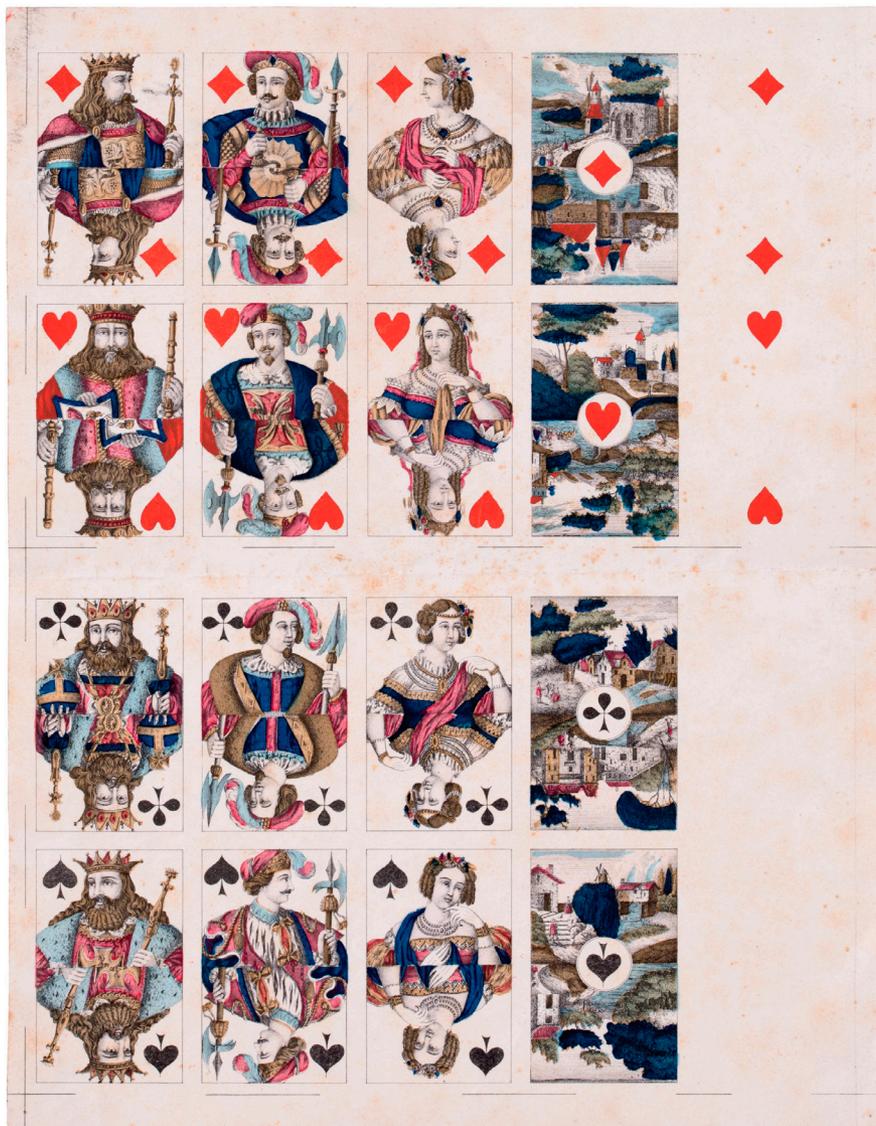


Planta do edifício Impressão Régia e Real Fábrica das Cartas de Jogar (início do séc. XIX). Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Embora de forma desigual, as oficinas da Impressão Régia cresceram até final do século XVIII, aumentando o número de operários e empregados necessários ao seu funcionamento. De 23 operários no final de 1769, a oficina

real cresceu para 82 trabalhadores em 1801, dos quais 31 trabalhavam na Oficina Tipográfica. No plano profissional, foi também nestas três primeiras décadas que se regulamentaram os salários e o trabalho, embora com várias mudanças posteriores: em 1770 foram assegurados os privilégios dos oficiais empregados da Fábrica de Cartas de Jogar e, em dezembro de 1774, os vencimentos dos empregados passaram a estar sujeitos ao pagamento da décima.

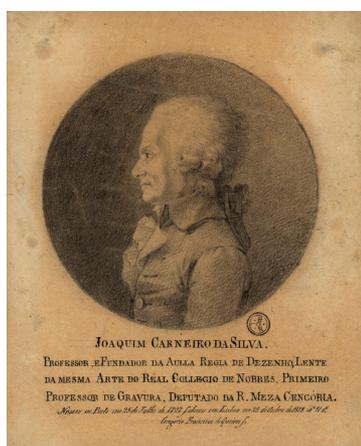
Prova de estampa do baralho
«cartas hamburguesas dos impera-
dores» [década de 1820]. Fotografia
de Nuno Silva (INCM). Coleção
Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A ARTE AO SERVIÇO DA CULTURA

A Oficina de Gravura começou por ser dirigida pelo gravador e mestre Joaquim Carneiro da Silva que, com os seus discípulos, deixou uma vasta produção artística destinada às obras da Impressão Régia. Entre elas, destacaram-se a *Luz da liberal, e nobre arte da cavallaria: offerecida ao Senhor D. João, Príncipe do Brazil*, de Manuel Carlos de Andrade, publicada em 1790, com 93 gravuras assinadas por Carneiro da Silva, as décadas *Da Ásia*, de João de Barros e de Diogo Couto, os *Comentários*, de Afonso de Albuquerque, e o *Missal Romano*.

No início de 1802, foi constituída formalmente a Escola de Gravura, sob direção do gravador florentino Francesco Bartolozzi, responsável por executar as obras da Impressão Régia e «instruir e ensinar na sua Arte», embora se saiba que a escola já funcionava anteriormente com Carneiro da Silva. O trabalho desenvolvido por Bartolozzi mereceu-lhe reconhecimento real,



Retrato de Joaquim Carneiro da Silva, por Gregório Francisco de Queirós [c. 1790]. Biblioteca Nacional de Portugal.

Retrato de Francesco Bartolozzi (1727-1815), gravador e mestre florentino que dirigiu a Escola de Gravura da Impressão Régia. Autor: Joshua Reynolds, 1788. Rijksmuseum.



Breve tratado theorico das letras typograficas, publicado em 1803 por Joaquim Carneiro da Silva, definindo as regras a aplicar nas letras de impressão. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

em 1809, ordenando a manutenção das suas funções, «para continuação do aproveitamento dos seus alunos» e em 1810, recomendando o professor e os seus discípulos aos governadores do reino pelo trabalho da escola de gravura, do qual havia de «resultar um grande adiantamento às Artes». Com a morte de Bartolozzi, em 1815, o cargo de diretor e mestre da aula de gravura da Imprensa Régia seria assumido por Gregório Francisco de Queirós, que fora também aluno de Carneiro da Silva. Muitas das matrizes gravadas pelo mestre italiano foram conservadas pela Imprensa Régia e utilizadas em reimpressões ao longo das décadas seguintes, como as ilustrações do Missal Romano, de 1811.

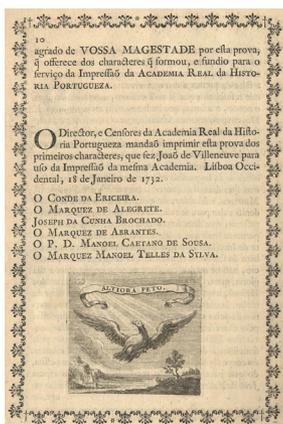
O período de vida desta aula de gravura — pelo menos no modelo em que foi criada — foi curto. No início de 1805, foi separada da Imprensa Régia por se considerar faltar-lhe capacidade para gestão das suas atividades, à qual se somavam as exigentes aquisições fora do Reino, colocando-se a escola sob alçada da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

A FÁBRICA DE LETRAS

A fábrica de letras (ou fundição de tipos) integrada na Imprensa Régia em 1768, foi originalmente instalada na Academia Real da História, em 1732, pelo fundidor e puncionista francês Jean Villeneuve, com a preocupação de estimular e proteger as artes gráficas do País. Com a criação da Imprensa Régia, o fabrico de letra foi transferido para a Imprensa Régia, mantendo-se Villeneuve como seu mestre. Além de produzir tipos para a sua própria oficina tipográfica, a fundição da Imprensa Régia também fornecia tipografias de todo o reino, procurando evitar a introdução de «letra de fora» do País.

No início do século XIX, embora contasse apenas cinco operários, a Fundição de Tipos atingiu uma produção média anual de 1,5 toneladas de letra e reunia as condições necessárias para dar resposta regular às necessidades da Imprensa Régia, fornecendo também outras oficinas tipográficas do País. A produção de tipo incluía, segundo o balanço de 1778 e muito antes da publicação do primeiro catálogo, o fabrico próprio de letra *Athanaria*, *Breviário Grosso*, *Leitura* e *Interduo*.

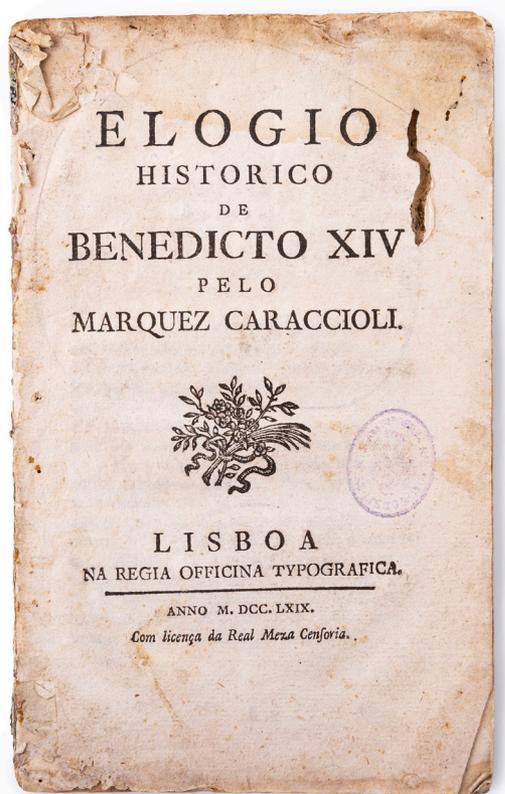
A proteção ao fabrico de letra pela fundição régia foi reforçada por Ordem Régia de 6 de agosto de 1802, para impedir a entrada de «letra de fora» e promover a «fábrica de punções, matrizes, e caracteres na Imprensa Régia» mesmo que estas medidas pesassem sobre a sua produção.



Primeira origem da arte de imprimir, dada à luz pelos primeiros caracteres que João de Villeneuve formou para serviço da Academia Real da História Portuguesa. Dedicada a ElRey Dom João V. seu Augustissimo Protector, Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal.

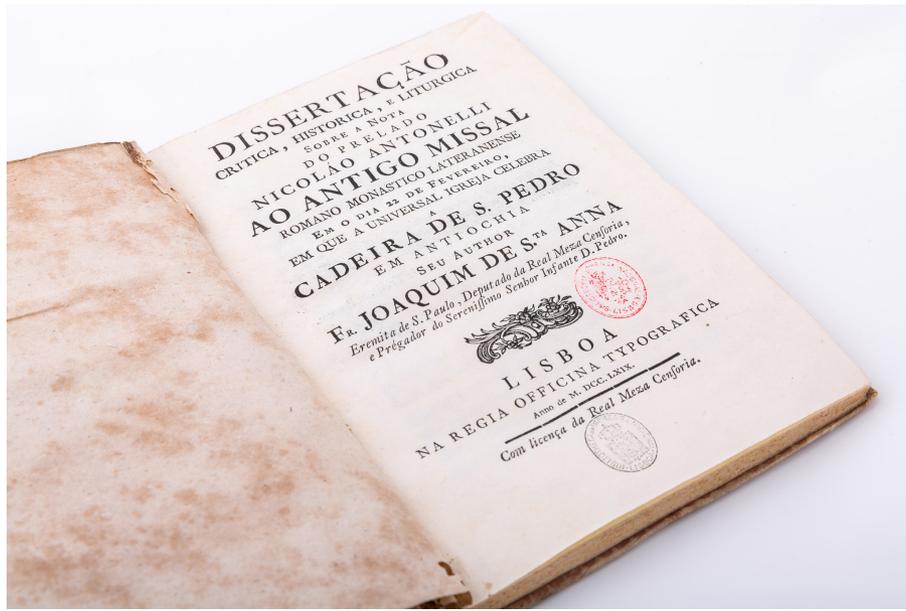
PRIMEIRAS EDIÇÕES

Em março de 1769, a tipografia começou a funcionar, registrando, no dia 25, a sua primeira encomenda para impressão da *Reza do Ofício de S. Julião*, do padre Luís Francisco Simões. Além das encomendas régias e particulares, a Imprensa Régia assumiu a ainda responsabilidade de impressão de livros do Colégio dos Nobres, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia de Belas-Artes e da Academia Portuguesa da História. Entre as primeiras edições próprias, concluídas logo em 1769, estiveram o *Elogio historico de Benedicto XIV pelo Marquez Caraccioli*, a *Falla que no dia 5 de Janeiro de 1766 em que se celebraram os felicissimos anos do Il.mo e Exc.mo Senhor D. António Alvares de Cunha*, de Manuel Francisco Magro de Moura, o *Plano dos estudos para a congregação dos religiosos da ordem Terceira de São Francisco*, o lançamento dos 12 tomos da *Colecção dos melhores sermões escolhidos dos mais célebres*, traduzidos por Francisco de Santa Bárbara e a *Dissertação crítica, histórica, e liturgica sobre a nota do prelado Nicolau Antonelli*, de Joaquim de Santa Ana.



Elogio historico de Benedicto XIV, do Marquez Caraccioli. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Dissertação crítica, histórica, e litúrgica sobre a nota do prelado Nicolau Antonelli, de Joaquim de Santa Ana. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Edição de 1820 do Missal Romano, cujo exclusivo de impressão foi atribuído à Imprensa Régia no final do século XVIII. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Vale a pena referir que, inicialmente, a Impressão Régia não tinha por missão central imprimir legislação nem detinha o exclusivo destas impressões, embora desse resposta a encomendas do Erário Régio, da Secretaria do Reino ou de outros organismos públicos. Mesmo assim, desde que foi criada, a tipografia real imprimiu passaportes, diplomas legislativos e outros documentos de carácter oficial. A primeira concessão de privilégios só seria decretada mais tarde, em agosto de 1779, antevendo a transferência do exclusivo de impressão do *Missal Romano* logo que terminasse a concessão anterior, atribuída desde 1760 ao mestre livreiro Francisco Gonçalves Marques. Em 1781, foi também obtido o exclusivo de impressão do *Breviário Romano*, atendendo a uma política protecionista da indústria nacional articulada com a proibição de importação de missais estrangeiros.

Edição de 1786 do *Breviarium Romanum*, com gravura intratexto assinada por Carneiro da Silva. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

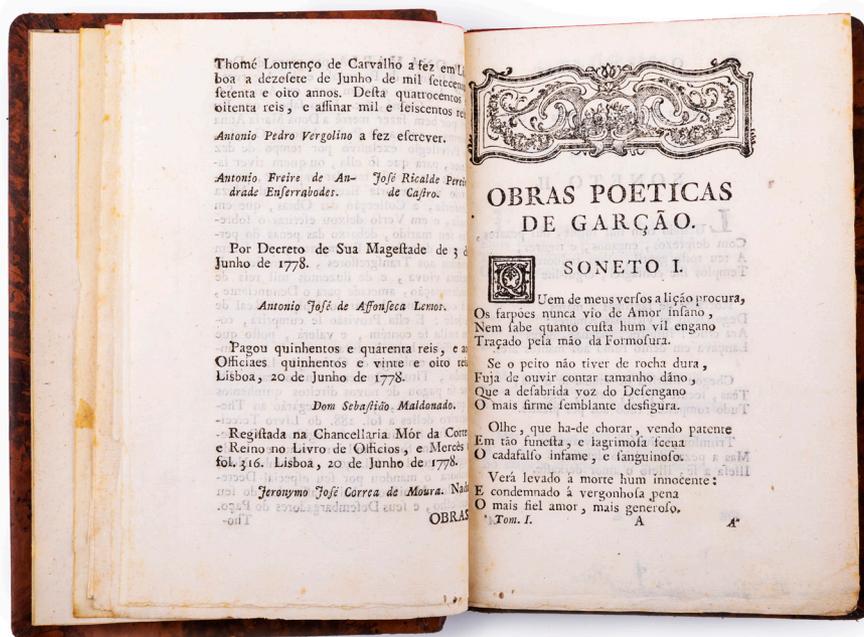


Além dos exclusivos e encomendas, a Impressão Régia também desenvolveu iniciativa editorial própria, com publicações «por sua conta» como o *Compêndio de Catecismo de Montpellier*. Entre as suas edições e aquelas impressas por ordem régia contaram-se, até ao final da década de 1780, os três tomos da *Theologia Moral para uso dos parocos, e demais sacerdotes*, de Godeau (1771-1775) e as 22 décadas *Da Ásia*, de João de Barros e Diogo de Couto (1778-1788), refletindo, neste último caso, a preocupação em reeditar clássicos portugueses quinhentistas.

Até ao início do século XIX, a Impressão Régia terá produzido cerca de 1230 volumes, incluindo livros, folhetos e documentos, numa diversidade que cruzou obras literárias, pedagógicas, científicas e litúrgicas. No plano literário, o neoclassicismo marcou presença quer através da reimpressão de clássicos quer pela divulgação de autores que integraram a Arcádia Lusitana, como um dos seus fundadores, Correia Garção, cujas *Obras Poéticas* foram publicadas postumamente pelo seu irmão, através da oficina régia, em 1778.



Gravura de Afonso de Albuquerque, assinada por Carneiro da Silva, publicada na primeira parte da década segunda *Da Ásia*, de João de Barros, em 1774. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Soneto publicado de Correia Garção, publicado pela Impressão Régia nas suas *Obras Poéticas*, em 1778. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Além das encomendas públicas, a atividade editorial e impressora destes anos ficou marcada por uma larga fatia de encomendas particulares que, até 1800, representaram cerca dois terços dos trabalhos. Ou seja, a Imprensa Régia cumpria, nesta altura, funções semelhantes às de outras tipografias particulares, aceitando trabalhos diversificados, além de livros. Na verdade, uma grande parcela de trabalhos produzidos nesta altura correspondia a impressões de programas, bilhetes, recibos, editais, pautas, folhinhas de reza e muitos outros folhetos e cartazes. A estes somavam-se encomendas régias, refletindo a atividade cultural da corte, testemunhada pela impressão de dezenas libretos de ópera.

No seu conjunto, a obra editorial dos primeiros anos da Imprensa Régia refletiu temas e problemas que lhe eram muito contemporâneos, da questão religiosa ao desenvolvimento científico, do ensino à literatura e ao quotidiano. Esta capacidade de acompanhar a atualidade — e de representar o poder político — explica a oferta diversificada de edições e impressões. Não é por isso estranha a impressão de obras sobre o galicismo e a expulsão dos Jesuítas, como a *Origem Infecta da Relaxação Moral dos Denominados Jesuítas*, em 1772, ou os textos do padre António Pereira de Figueiredo, galicano e figura de confiança do Marquês de Pombal. De facto, a afirmação de um Iluminismo de Estado, no quadro do «despotismo esclarecido», evidenciou-se na produção editorial inicial, como a publicação do *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas*, de João Pereira Coutinho e Francisco de Lemos Coutinho, em 1771, e dos *Estatutos* da mesma Universidade, em 1772, num plano claramente panfletário e ideológico sobre os danos causados pela Companhia de Jesus em Portugal.

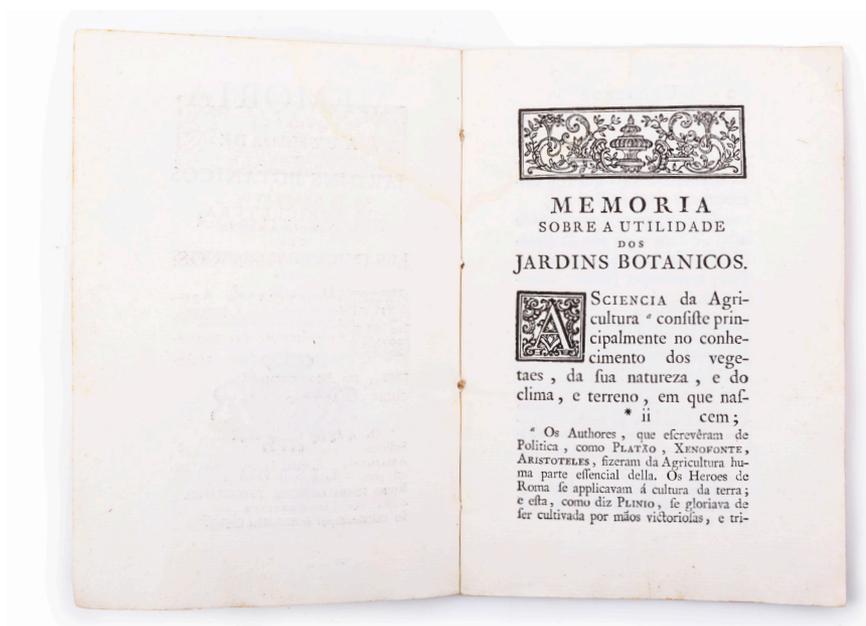
A produção literária concentrou-se também nas obras poéticas, com maior enfoque no estilo barroco — em particular do panegírico —, e na valorização de textos quinhentistas, como os *Poemas Lusitanos*, de António Ferreira, e os *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, reimpressos em 1771 e 1774, respetivamente. Por outro lado, e de forma mais evidente, a Oficina Tipográfica Régia constituiu também, desde logo, um canal privilegiado de comunicação do poder, não sendo estranho que se fizessem imprimir edições dedicadas aos interesses do próprio Sebastião Carvalho e Melo, aludindo ao atentado contra a vida do Marquês de Pombal, à reforma universitária ou ao casamento do seu filho, entre tantos outros temas...

Com o fim do período pombalino, em 1777, após a subida de D. Maria I ao trono e a subsequente mudança de governo, e apesar das evidentes transformações políticas, a missão cultural e pedagógica atribuída à Imprensa Régia prosseguiu sem grandes alterações estruturais, em linha de coerência com a política de modernização cultural e técnica. Desde logo, a criação da Academia das Ciências de Lisboa — cuja história se cruza com a da Imprensa Nacional — em articulação com a Universidade de Coimbra, em 1779, traduziu estes propósitos de continuidade no sentido do progresso literário e científico, num contexto de crescente tensão entre ideais absolutistas e liberais. Se, por

um lado, a Impressão Régia do reinado de D. Maria I procurou manter a linha didática, com reforço da edição de dicionários e gramáticas de línguas estrangeiras, por outro, foi também visível o aumento do número de obras de caráter religioso — porventura o traço mais marcante desta transição governativa —, refletido, por exemplo, pelas edições oratorianas, cuja atividade tinha sido limitada no período pombalino. Ou seja, não coube à tipografia régia o apoio a novas correntes mas sim a representação do modelo cultural definido pelo poder político, assumindo-se como um instrumento ao serviço desse mesmo poder, o que, embora obedecendo a múltiplas variáveis, foi transversal a grande parte da sua história.

EDIÇÕES COM CIÊNCIA

As preocupações de natureza pedagógica nas edições da Impressão Régia também se estenderam à ciência e à técnica, com a impressão, por exemplo, da obra do naturalista italiano Domenico Vandelli, primeiro diretor do Jardim Botânico da Ajuda, sobre a importância dos jardins botânicos, das obras de Simão Osório sobre a técnica de cultivo de amoreiras ou, num plano mais alargado, das diversas traduções de obras científicas da época. Os planos de estudos também ocuparam uma área importante da atividade impressora destes primeiros anos, destacando-se, logo em 1769, o *Plano dos Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal* e, em 1771, os três tomos do *Curso de Cirurgia Dictado aos Estudantes de Medicina e Cirurgia de Paris*, traduzidos por Silvestre José de Carvalho.



Memoria sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charneca, de Domenico Vandelli. Edição de 1770, da Regia Officina Typografica. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Em 1 de novembro de 1801, a Imprensa Régia atravessou um processo de remodelação administrativa profunda, que incluiu a incorporação da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, mais conhecida como Casa Literária do Arco do Cego e que tinha sido fundada em 1799. Criada com o objetivo de publicar obras úteis aos estabelecimentos do Brasil e ao desenvolvimento da sua economia agrária, a Casa Literária foi dirigida por frei José Mariano da Conceição Veloso, frade franciscano e botânico de origem brasileira. Em 1801, esta tipografia foi extinta e as suas oficinas, equipamento e respetivos artistas foram incorporados na Imprensa Régia, cabendo-lhe a conclusão das obras iniciadas na antiga tipografia.

A produção desta tipografia foi especialmente importante no plano da ilustração científica, numa altura em que se generalizava o recurso à imagem como elemento didático e informativo. Dispunha de uma tipografia, de uma calcografia (gravura em metal) que reunia 24 gravadores e, posteriormente, de uma tipoplastia, para produção dos seus próprios caracteres. Entre as dezenas de obras produzidas, a primeira das quais uma *Memória sobre a Cultura Algodoeira*, destacaram-se, além da economia agrária colonial, edições nas áreas da botânica (incluindo a *Phytografia Lusitana*, de Brotero), história, geografia, náutica, física (eletricidade), astronomia, engenharia naval, gravura e poesia (didascália e panegírica), para citar apenas alguns temas, parte dos quais integra o acervo da Imprensa Nacional. De um total de 83 livros impressos, 36 são originais de autores portugueses e brasileiros e 44 são ilustrados com gravuras executadas na calcografia, reunindo 360 gravuras no total.

Plano de reforma de um engenho de açúcar publicado em 1798 no primeiro volume do *Fazendeiro do Brazil*, de Mariano Veloso. Gravura de Manuel Luís Rodrigues Viana. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.





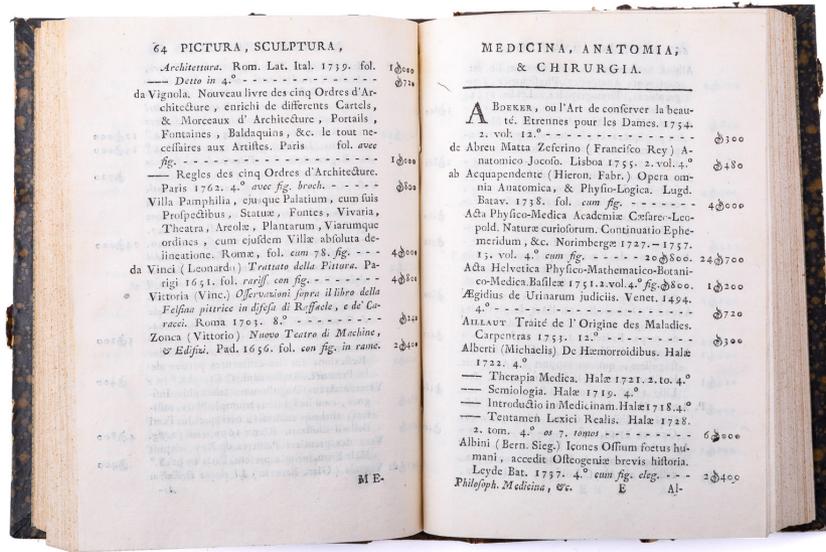
Representação de um ácer açucareiro. Estampa publicada no *Fazendeiro do Brasil*, pela Impressão Régia, em 1798. Gravura de Manuel Luís Rodrigues Viana. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NUMA SÓ LOJA, LIVROS DE TODA A EUROPA

Também por altura da sua criação, foi autorizada a abertura da loja da Impressão Régia, instalada na Praça do Comércio por Decreto, de 7 de abril de 1769, para que aí fossem «vendidos os livros que saírem». O primeiro catálogo que se conhece de livros à venda na loja de Lisboa, administrada por Francisco de Paula de Arruda, data de 1771 e reúne entre os vários títulos disponíveis, além das edições próprias, obras dos principais filósofos e físicos iluministas como Descartes, Diderot, Leibniz, Locke e Newton e títulos de referência da cultura europeia, como as *Fábulas* de La Fontaine ou as edições de Molière e de Montesquieu. Muitas destas obras eram adquiridas fora do País e vendidas através da Impressão Régia, permitindo aos leitores interessados aceder àquelas que fossem do seu maior interesse. O «aviso ao público» lançado nas primeiras páginas alertava, justamente:

Quem quiser alguns livros dos que são impressos em países estrangeiros, poderá com toda a brevidade, e conveniência, alcançá-los, entregando as memórias assinadas a Francisco de Paula da Arrábida Administrador da loja da Impressão Régia na Praça do Comércio, o qual tem correspondências estabelecidas em Itália, França, Holanda, Alemanha, e Inglaterra, e com todo o cuidado dará cumprimento às encomendas, que se lhe fizerem.

Catálogo de livros da Impressão Régia, à venda na loja da Praça do Comércio, 1771. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Luz da liberal, e nobre arte da cavallaria: oferecida ao Senhor D. João, Príncipe do Brazil, de Manuel Carlos de Andrada. Uma das obras mais relevantes da Impressão Régia, foi publicada em 1790, com 93 gravuras assinadas por Carneiro da Silva. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



Datas importantes:

24 de dezembro de 1768	É criada a Impressão Régia, por alvará régio. Nicolau Pagliarini é nomeado diretor-geral e Miguel Manescal da Costa administrador.
Março de 1769	A Impressão Régia entra em funcionamento, contando 10 operários.
7 de abril de 1769	A publicação e venda das obras produzidas pelo Colégio dos Nobres é transferida para a Impressão Régia, mantendo-se as receitas a favor do Colégio.
Julho de 1769	É assinado um acordo com o genovês Lorenzo Solésio para o estabelecimento de uma fábrica de cartas de jogar nas instalações da Impressão Régia. Torna-se uma das principais fontes de receita nesta época.
Dezembro de 1769	A tipografia reúne 23 operários.
26 de agosto 1779	Decreto régio que prevê a concessão do exclusivo de impressão do <i>Missal Romano</i> .
9 de maio de 1781	Alvará que concede o exclusivo de impressão do <i>Breviário Romano</i> .
1785	É criado em França o sistema <i>Didot</i> , de fixação do ponto tipográfico.
1796	Exclusivo de produção de impressos para uso das contadorias e repartições civis, militares e eclesiásticas, como mapas, folhas de registo, passaportes, apólices de seguros de mar e terra, entre outros. Invenção do componedor em ferro com ajuste móvel.
1798	Na Alemanha, Aloys Senefelder inventa a técnica de impressão litográfica.
1801	A Impressão Régia conta com 82 trabalhadores, 31 dos quais são operários da tipografia.
1801	Reorganização administrativa.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Casa dos Contos do Reino e Casa / Erário Régio

Ministério do Reino

Real Mesa Censória

Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. BIBLIOGRAFIA

A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) — Bicentenário: «Sem Livros não Há Instrução», Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

CANAVARRO, Pedro et al., *Imprensa Nacional: Actividade de Uma Casa Impressora*, vol. I, 1768-1800, Lisboa, INCM, 1975.

DIAS, Rúben Reis, *Eighteenth-Century Type in the Royal Printing Office. The design and development of an interpretive historical revival*, Universidade de Lisboa, 2015 [tese de doutoramento em Design].

FARINHA, Ramiro, *Imprensa Nacional de Lisboa. Sinopse da Sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1969.

FRAZÃO, Fernanda, *História das Cartas de Jogar em Portugal e da Real Fábrica de Cartas de Lisboa. Do Séc. XV até à Actualidade*, Lisboa, Apenas, 2010,

RIBEIRO, José Vitorino, *A Imprensa Nacional de Lisboa: Subsídios para a Sua História: 1768-1912*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

N 250